



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Carta-Contrato n. 2008/126.0

Brasília, 22 de julho de 2008.

Ref.: Processo n. 103.710/08

À

PLAST LABOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO
HOSPITALAR E LABORATÓRIO LTDA.

CNPJ nº 31.864.051/0001-95

Comunicamos ter sido autorizada a contratação dessa empresa, daqui por diante denominada CONTRATADA, para fornecimento de material de laboratório para a Câmara dos Deputados, daqui por diante denominada CONTRATANTE, em Brasília/DF, conforme as exigências e demais condições e especificações constantes da proposta dessa empresa, datada de 23/04/08, daqui por diante denominada PROPOSTA, e do processo em epígrafe.

Em consequência, fica a avença formalizada pela presente Carta-Contrato, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e alterações posteriores, doravante denominada simplesmente LEI, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa nº 80, de 07/06/01, publicado no D.O.U. de 05/07/01, daqui por diante denominado simplesmente REGULAMENTO, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

- 1. OBJETO:** Fornecimento de material de laboratório, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações, exigências e demais condições definidas na PROPOSTA no processo em referência e neste instrumento.
- 2. AMPARO LEGAL:** Artigo 24, inciso II, da LEI, c/c o artigo 20, inciso II, do REGULAMENTO.
- 3. DA FORMA DE FORNECIMENTO:** O fornecimento objeto desta contratação deverá ser parcelado, dentro do período de 1 (um) ano, a medida em que for necessário, por requisição do Almoxarifado, mediante emissão de ORDEM DE FORNECIMENTO.
 - 3.1** O prazo para entrega do material é de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do pedido, com prazo de validade de, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias, após o recebimento definitivo do material pelo almoxarifado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3.1.1 O material deverá ser entregue em dia de expediente normal da Câmara dos Deputados, no período de 9h às 11h30 e de 14h às 17h30, no Almoxarifado de Material Médico, sendo responsabilidade da CONTRATADA o transporte vertical e horizontal do material até o local designado.

3.2 Quando da entrega do material no Almoxarifado de Material Médico, este deverá vir separado por lotes, com as respectivas numerações, quantitativos, data de fabricação e prazo de validade.

3.3 Todos os produtos, nacionais ou importados, devem ser ofertados, apresentados e entregues contendo no rótulo e bula todas as informações sobre o mesmo em língua portuguesa.

3.4 Quando da entrega dos materiais, estes deverão vir separados por lotes, com as respectivas numerações, quantitativos, data de fabricação e prazo de validade.

4. VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R\$2.224,00 (dois mil e duzentos e vinte quatro reais), considerando-se os seguintes preços unitários:

- Item 1 - Agar Sabouraud: R\$26,00 (vinte e seis reais) por pacote com 10 (dez) placas;
- Item 2 - Agar Sangue de Carneiro: R\$29,60 (vinte e nove reais e sessenta centavos), por pacote com 10 (dez) placas.

4.1 O valor do presente contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de inclusão ou exclusão de componentes do objeto, sem modificação de preços e demais condições constantes da proposta, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO.

4.2 As supressões além do limite referido no item anterior são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o inciso II do § 2º do artigo 65 da Lei, correspondente ao § 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

5. DO PAGAMENTO: O pagamento do objeto desta Carta-Contrato, aceito definitivamente pela Câmara dos Deputados, será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada. A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

5.1 A nota fiscal que acompanhará os materiais deverá conter, obrigatoriamente, o número dos lotes dos produtos.

5.2 As duas vias da nota fiscal/fatura deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às Terceiros (CND) e do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), ambos dentro dos prazos de validade neles expressos.

5.3 Os pagamentos serão efetuados com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir do aceite definitivo do objeto contratual e da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

5.4 Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE estarão sujeitos às retenções de tributos previstas em Lei.

5.5 Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no subitem anterior, deverá a comprovação ser anexada à respectiva fatura.

6. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- Programa de Trabalho:

01.301.0553.2004.0001 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional

- Natureza da Despesa:

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

3.3.90.30 - Material de Consumo

7. NOTA DE EMPENHO: 2008NE001726.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Constituem obrigações da CONTRATADA as previstas neste instrumento, além de outras que vierem a ser estabelecidas em caráter complementar pelo órgão fiscalizador, desde que se façam necessárias para manter o integral cumprimento do objeto contratual.

8.1 Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e à Previdência Social são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos na presente Carta-Contrato.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

8.2 A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como co-reclamada.

8.3 A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação.

8.4 A CONTRATADA fica obrigada a apresentar, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débito Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros - CND, o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

8.5 A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no subitem anterior, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a sua rescisão, nos termos do disposto no artigo 78 da Lei n. 8.666/1993.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais, execução insatisfatória do fornecimento, atraso na entrega, omissão ou outras faltas, sem justificativa ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE, serão aplicadas à CONTRATADA as multas e demais sanções previstas no Anexo 2 a este instrumento.

10. VIGÊNCIA CONTRATUAL: De 22/07/08 a 21/07/09.

11. RESCISÃO: Esta Carta-Contrato poderá ser rescindida nos termos dos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

12. ÓRGÃOS FISCALIZADORES: Almoxarifado de Material Médico e o Departamento Médico, localizados no Edifício Anexo III da Câmara dos Deputados, que indicaram os servidores responsáveis pelos atos de acompanhamento e fiscalização da presente Carta-Contrato.

13. FORO: Justiça Federal, Brasília - DF.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Assim, encaminhamos a presente Carta-Contrato que, assinada pelas partes, formalizará o acordo celebrado, conferindo-lhe força contratual no período de vigência acima referido, com observância das condições contidas neste instrumento, no processo em referência e na PROPOSTA.

Brasília, 22 de julho de 2008.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Eugênio de Borba Amaro
Diretor do DEMAP

Josemeri Calderaro
Procuradora
CPF nº 321.966.369-91

Testemunhas: 1) _____

2) _____

CCONT/JF



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANEXO 1

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

<i>ITEM</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>UNIDADE</i>	<i>QTD.</i>
1	MEIO DE CULTURA ÁGAR SABOURAUD COM DEXTROSE A 4%	Pacote	40
	MARCA: Plast Labor		
	APLICAÇÃO: micologia.		
	CARACTERÍSTICA: meio destinado ao cultivo de fungos e leveduras, adicionado de dextrose a 4%, distribuído em placa de petri com 90 mm de diâmetro x 15 mm de altura.		
	FORMA DE APRESENTAÇÃO: estéril, descartável, acondicionado em placas de petri, pacote com 10 placas.		
	PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE: 45 (quarenta e cinco) dias, após o recebimento definitivo do material pelo almoxarifado.		
	ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica com identificação e quantidade do material.		
2	MEIO DE CULTURA ÁGAR SANGUE DE CARNEIRO.	Pacote	40
	MARCA: Plast Labor		
	APLICAÇÃO: bacteriologia.		
	CARACTERÍSTICA: meio de cultura de base rica; a base de ágar Mueller Hinton ou Ágar Columbia, sem glicose, acrescida de 7% de sangue de carneiro desfibrindo; distribuído em placa de petri com 90 mm de diâmetro x 15 mm de altura.		
	FORMA DE APRESENTAÇÃO: estéril, descartável, acondicionado em placas de petri, pacote com 10 placas.		
	PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE: 45 (quarenta e cinco) dias, após o recebimento definitivo do material pelo almoxarifado.		
	ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica com identificação e quantidade do material.		



ANEXO 2

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 1) O atraso injustificado na entrega do material, sujeita a CONTRATADA à multa cumulativa sobre o valor do(s) item(ns) entregue(s) com atraso, de acordo com a seguinte tabela:

Dias de atraso	Percentual dia (%)	Percentual multa (%)
1º ao 10º	0,1	0,1 a 1,0
11º ao 20º	0,2	1,2 a 3,0
21º ao 30º	0,3	3,3 a 6,0
31º ao 40º	0,4	6,4 a 10
41º ao ...	1,0	10

- 1.1) Também será considerada como atraso a entrega do material fora das especificações e que não tenha sido substituído dentro do prazo de entrega.
- 2) Findo o prazo constante da PROPOSTA, sem que a CONTRATADA tenha entregue o material, além da multa prevista no item anterior, poderá, a critério da CONTRATANTE, ser cancelada, parcial ou totalmente, a Nota de Empenho, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- 3) Pela recusa, a qualquer tempo, na prestação dos serviços, fica igualmente a CONTRATADA sujeita à multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- 4) Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10 % da quantia definida na Portaria n. 49, de 1º de abril de 2004, do Ministério da Fazenda, ou em norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.
- 4.1) As infrações apuradas no decorrer da execução contratual serão acumuladas até que o valor total correspondente de suas sanções ultrapasse o mínimo previsto no item 4 acima, quando então será aplicada a multa de acordo com a tabela constante do item 1.
- 4.2) Além do previsto no subitem 4.1, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a sanção de advertência, nos termos do art.87, inciso I, da LEI.